

Coordenadores
Rafael Carvalho Rezende Oliveira
Thaís Marçal

Estudos sobre a
LEI 14.133/2021

**Nova Lei de Licitações e
Contratos Administrativos**

Alexandra Fuchs de Araújo
Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho
André Luiz dos Santos Nakamura
Christianne de Carvalho Stroppa
Cristiano Borges Castilhos
Egon Bockmann Moreira
Erick Halpern
Flávio Amaral Garcia
Gabriela Verona Pécio
Gustavo da Rocha Schmidt
Humberto E. C. Mota Filho
Igor Sant'Anna Tamasauskas

Jessé Torres Pereira Junior
Leila Cuéllar
Luciana Guedes Vieira
Luiz Felipe Hadlich Miguel
Márcio Monteiro Reis
Marinês Restelatto Dotti
Rafael Carvalho Rezende Oliveira
Rodrigo Loureiro
Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas
Rodrigo Zambão
Thaís Marçal
Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho

2021



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Ideia Impressa (ideiaimpressadesign@gmail.com)

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

E82 Estudos Sobre A Lei 14.133/2021 - Nova Lei De Licitações E Contratos Administrativos / coordenadores Rafael Carvalho Rezende Oliveira e Thais Marçal – São Paulo: Editora JusPodivm, 2021.
384 p.

Vários autores.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5680-736-2.

1. Contratos administrativos. 2. Direito Administrativo. I. Oliveira, Rafael Carvalho. II. Marçal, Thais. III. Título.

CDD 341.352

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1

Diálogo competitivo: a nova modalidade de licitação pode contribuir para melhores contratações pela nossa Administração Pública?	29
---	-----------

Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho | Alexandra Fuchs de Araújo

1. Introdução	29
2. Estado da arte em termos de contratação pública: insuficiência do formalismo da Lei 8.666/93, seja para evitar desvios, seja para garantir melhores compras para a Administração	31
3. Diálogo Competitivo: o que é, para que serve e perspectivas	34
4. Conclusão	46
Bibliografia.....	47

2

O diálogo competitivo como nova modalidade licitatória: análise crítica dos instrumentos de participação da iniciativa privada na elaboração de projetos de infraestrutura 51

André Luiz dos Santos Nakamura

Introdução	51
1. O Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) e a Manifestação de Interesse Privado (MIP)	52
2. O diálogo competitivo	59
3. Desafios e riscos ao uso da iniciativa privada para a estruturação de projetos de infraestrutura	62
Conclusão	74
Referências	75

3

O processo de padronização e o instituto do “carona” 79

Christianne de Carvalho Stroppa | Gabriela Verona Pércio

1. Introdução	79
2. A padronização na Lei nº 14.133/2021	82
2.1. Padronização e indicação de marca na Lei nº 14.133/2021...	86
2.2. O catálogo eletrônico de padronização de compras, obras e serviços	88
2.3. O processo de padronização	89
3. A possibilidade de adesão ao processo de padronização de outra Administração	93
4. Conclusão	95
Referências	96

4

A contratação integrada na Lei nº 14.133/21: Avanços e desafios do novo diploma legal..... 99

Cristiano Borges Castilhos | Luciana Guedes Vieira

Introdução.....	99
1. Contexto histórico de criação do instituto.....	100
2. A Contratação Integrada e suas especificidades na legislação.....	102
2.1. A Lei nº 12.462/2011 e o Decreto nº 7.581/11.....	103
2.2. O advento da Lei nº 14.133/21 e as modificações por ela promovidas	109
3. Avanços e desafios decorrentes da nova legislação	111
Considerações Finais.....	117

5

A negociação pré-contratual na Nova lei geral de licitações e contratos administrativos..... 119

Egon Bockmann Moreira | Leila Cuéllar

1. Introdução	119
2. As várias modalidades de negociações licitatórias: da coletiva à individual.....	121
3. As negociações pré-contratuais nas licitações na legislação brasileira	125
4. As peculiaridades da negociação pré-contratual no projeto da nova Lei geral de licitações e contratos administrativos (PL 4253/2020)	127
5. Considerações finais.....	132

6

Dois aspectos importantes da Lei 14.133/21: regulamentação e convivência dos sistemas 135

Flávio Amaral Garcia | Rodrigo Zambão

1. A Lei nº 14.133/21 e a função regulamentar 136
2. A Lei nº 14.133/21 e o direito intertemporal 143

7

Os meios alternativos de solução de controvérsias na Lei nº 14.133/2021 147

Gustavo da Rocha Schmidt

1. Introdução 147
2. Escorço histórico 149
3. Os meios alternativos de solução de controvérsias na Lei nº 14.133/2021 156
 - 3.1. Tribunal Multiportas (art. 151, *caput*) 156
 - 3.2. Limites objetivos ao uso das ADRs nas contratações estatais (art. 151, p.u.) 160
 - 3.3. Arbitragem de direito (art. 152) 163
 - 3.4. O princípio da publicidade (ainda o art. 152) 165
 - 3.5. Possibilidade de aditamento contratual (art. 153) 169
 - 3.6. Processo de escolha dos árbitros e dos membros dos *dispute boards* (art. 154) 171
 - 3.7. O papel e a escolha das câmaras arbitrais 173
4. Conclusões 178

8

Nova Lei de Licitações: governança e *compliance* das compras públicas 181

Humberto E. C. Mota Filho

1. Introdução	181
2. Nova Lei de Licitações: governança e <i>compliance</i> das compras públicas	184
3. Planejamento	188
4. Transparência.....	192
5. <i>Compliance</i> e Controle	195
6. <i>Accountability</i> e Controle	198
7. Considerações finais.....	200
Referências bibliográficas.....	202

9

Quadro de responsabilidades na Nova Lei de Licitações 205

Igor Sant'Anna Tamasauskas

1. Introdução	205
2. Processo como registro dos atos praticados	207
3. Quadro de responsabilidades na nova lei	211
4. Vícios na contratação: fraude	221
5. Vicissitudes não puníveis.....	224
6. Conclusões.....	225
Referências bibliográficas.....	226

10

Quatro pontos promissores para os efeitos econômicos da Nova Lei de Licitações e Contratações da Administração pública	229
---	-----

Jessé Torres Pereira Junior | Flávio Amaral Garcia

11

Nova lei – Novos princípios	239
--	-----

Luiz Felipe Hadlich Miguel

1. Introdução	239
2. Princípios da velha e da nova lei.....	240
3. Princípios servem para solucionar problemas, não para criá-los..	242
4. Brevíssimas considerações sobre os princípios constantes da nova lei.....	243
5. Como viver em um ambiente de extrema permeabilidade psicológica.....	246
6. À guisa de conclusão.....	246
Bibliografia.....	247

12

A alocação dos riscos e sua securitização na Nova Lei de Licitações e Contratos 249

Márcio Monteiro Reis

1. Introdução 249
2. O tratamento clássico do risco nos contratos administrativos e o estágio anterior ao advento da Lei nº 14.133/2021 251
3. Uma compreensão mais moderna do risco contratual e a teoria dos contratos incompletos: a introdução de uma matriz contratual de riscos 255
4. A Lei nº 14.133/2021 e o tratamento da alocação de riscos..... 260
5. A preferência legal pela securitização dos riscos contratuais..... 268
6. Conclusão 274